

# PÚBLICO

## "Portugal continua com taxas de encarceramento muito elevadas"

Natália Faria (TEXTO) E rUI GAUDÊNCIO (FOTO)

19/11/06

Directora executiva do Observatório Permanente de Justiça, Conceição Gomes integrou a Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, criada em 2003 e presidida por Diogo Freitas do Amaral, e foi nesse âmbito que coordenou o estudo A Reinserção Social dos Reclusos. O diagnóstico, que denunciava os principais males do sistema, acabou engavetado.

Conceição Gomes considera urgente articular a acção das prisões com a dos tribunais, das autarquias e dos serviços ligados à saúde e à formação profissional. Sem isso, as prisões não vão conseguir reintegrar os ex-reclusos.

Acredita que as alterações ao Código Penal que incentivam as penas substitutivas da prisão contribuirão para a reinserção social dos condenados?

Esta unidade não é especificamente dirigida para as questões do sistema prisional, embora haja aspectos do sistema penal que podem ter reflexos no sistema prisional, nomeadamente a possibilidade de aumento das sanções alternativas à pena de prisão. Portugal continua com taxas de encarceramento muito elevadas. Em 2004 havia 132 reclusos portugueses por cem mil habitantes, contra uma média europeia de 93. Portugal é também dos países onde a taxa de ocupação das prisões, e a consequente sobrelotação, é das mais elevadas, sendo que hoje a sobrelotação resulta não do aumento das condenações, mas do aumento da duração das penas. Portanto, tudo o que, em sede do sistema penal, evite que mais pessoas entrem no sistema prisional é positivo. A montante, é ainda muito importante que se olhe para a política de apoio aos jovens em risco. A grande percentagem da população que hoje integra o sistema tem idades entre os 20 e os 30 anos.

No cenário actual, as prisões prepararam os reclusos para o momento da reinserção social?

Há ainda um longo caminho a percorrer. Embora seja utópico pensar que se pode evitar que todas as pessoas que passam pela prisão voltem a cometer crimes, penso que é uma obrigação - até para proteger a sociedade onde o recluso vai voltar a viver - que o sistema prisional confira competências aos reclusos que os prepare para a reintegração. A comissão que integrou concluiu que, para a melhoria do sistema, bastaria que os instrumentos legais já criados, como o Plano Individual de Readaptação (PIR), funcionassem.

Exacto. O problema é a disjunção entre o que a lei prevê e a sua prática. O PIR prevê a elaboração de um plano individual de acompanhamento de cada recluso entrado na prisão, capaz de lhe garantir competências no sentido da sua reinserção. Agora, para que esse plano seja aplicado, é necessária uma reforma do sistema prisional que tenha uma visão sistémica e que preveja articulações com outros sectores da sociedade: a saúde, a educação, formação profissional, as autarquias. Enfim, é preciso

aqui uma visão articulada.

E porque é que isso não acontece?

Não temos uma cultura de articulação entre instituições. E isso, repito, obriga ao concurso de outros sectores da sociedade. Era fundamental fazer uma lei-quadro, era preciso formalizar a articulação entre o sistema prisional e o Instituto de Reinserção Social, clarificando o espaço de intervenção de um e do outro.

As cadeias portuguesas, em termos de arquitectura e dimensão, são adequadas ao universo dos reclusos?

As cadeias portuguesas continuam com graves deficiências do ponto de vista habitacional: há o problema da sobrelotação, das condições das celas, continuamos a ouvir falar do balde higiénico, dos espaços exíguos... É claro que, deste modo, a violência aumenta e diminuem as possibilidades da reintegração social dos reclusos.

# PÚBLICO

## Reclusos em formação para obter saídas precárias

Natália Faria

19/11/06

A maioria dos presos trabalha ou participa em acções de formação para conquistar a flexibilização da pena

Abel Maia, a quem a dependência da droga pôs a roubar farmácias e postos dos CTT à mão armada, acabou a dirigir a serralharia do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira. Manuel Guedes, preso por posse de droga, iniciou-se na carpintaria. António Cardoso, habituado ao volante do táxi, trabalhou na lavandaria e na limpeza dos serviços administrativos. Moisés de Jesus, com um curso de podador de vinha e outro de pedreiro no currículo, preparava-se para aprender Informática quando saiu em liberdade condicional.

É oficial: perto de 80 por cento dos reclusos portugueses estão a trabalhar ou a receber acções de formação. Mas, afinal, o que é que lhes alimenta a força dos dedos? "Trabalha-se por uma ninharia para poder conseguir um objectivo, que é a saída precária", sintetiza António Cardoso. A sentença não é desmentida pelo discurso oficial. "Infelizmente, a motivação para trabalhar na prisão passa pela procura dos benefícios secundários, relacionados com a flexibilização da pena, mais do que pela preparação para se exercer uma profissão no exterior", corrobora Fernando Mariz, do Instituto de Reinserção Social.

Postos em liberdade, demasiados reclusos, em parte porque não interiorizaram a disciplina necessária ao trabalho, continuam a um passo muito curto de reincidir no crime. "É mais fácil vender estupefacientes do que levantar às 7h00 para aturar um patrão", ilustra Mariz, segundo o qual, "mais do que arranjar-lhes trabalho, é difícil conseguir que eles tenham disciplina e sejam pontuais".

Por seu turno, a directora do Observatório Permanente de Justiça enfatiza a necessidade de o trabalho dentro das grades começar a ser justamente remunerado. "Isso é muito importante para que os reclusos se sintam socialmente produtivos e também, muitas vezes, para que estes possam ajudar a família cá fora", preconiza.

Quanto à formação, os autores do estudo A Reinserção Social dos Reclusos concluem que as áreas em que aquela incide "têm-se mantido inalteradas ao longo dos anos". Predominam a mecânica, serralharia, cestaria, sapataria, encadernação, horticultura e marcenaria.